



Indagou das verbas destinadas ao Estado, utilizadas sem um acompanhamento. A Penitenciária de Parnamirim não teve, até o momento, condição de utilização, sendo que existe um relatório do Ministério da Justiça, informando que o estabelecimento está de acordo com as normas pré-estabelecidas. Por último, fez um apelo para que o dinheiro público seja bem administrado e que o sistema se responsabilize pelos presos e não transfira a responsabilidade para a Polícia Civil. O Presidente agradeceu, sensibilizando-se com o problema. Com referência às verbas, o Conselho tem-se empenhado, junto ao DEPEN/MJ, para que essas sejam enviadas através do sistema de medições, ou seja, se estiver sendo adequadamente utilizada para reformas ou construções a outra parcela, será liberada; caso contrário, não. O CNPCP não tem poder nas destinações da verba, mas pode interferir junto ao DEPEN/MJ para a sua liberação em atenção às normas e diretrizes do Conselho. Após várias manifestações, o Presidente agradeceu e passou a palavra aos Membros do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos. Com a palavra, o Dr. Percílio de Souza Lima cumprimentou a todos os presentes e agradeceu o convite para participar da reunião. Disse que, após a realização de uma reunião para atender uma diligência, solicitada pelo CDDPH com a participação do Dr. Vetuval Martins Vasconcelos, membro do CNPCP, vem solicitar que seja tomada uma solução satisfatória no cumprimento da pena do ex-policial, no Estado do Rio Grande do Norte ou fora dele. Desejou que saia algum resultado desta reunião. Com a palavra, o Dr. Humberto Espínola cumprimentou a todos e complementou as palavras do amigo que o antecedeu, justificando a ausência do Presidente do CDDPH. Indagou a opinião do Juiz Carlos Adel Teixeira Souza, Juiz da Vara de Execuções Criminais, que, pela natureza de sua função, não pode divulgar casos individuais. O Presidente agradeceu e disse que a solução se deve à Secretaria de Justiça e ao Juiz da Vara e que, até o momento, não ouviu de nenhuma autoridade qualquer tipo de providência para responsabilizar o delegado guardião deste preso ou seu superior, pois, quando um preso sai da delegacia a qualquer hora e ninguém é punido, algo está errado. Passou a palavra ao Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos que cumprimentou a todos e comentou que se sentiu pressionado pelo episódio recente, vivenciado pelo Conselho, e não gostaria que se repetisse. No final do ano de 2001, foi realizada uma reunião em São Paulo/SP, na qual estava presente o Juiz da Vara de Execuções da cidade de Vitória/ES, acompanhado da Polícia Federal, pois estava ameaçado por pessoas que deveriam estar presas. Passado alguns meses, o Conselho, reunido em Fortaleza/CE, com a presença do Senhor Ministro de Estado da Justiça, teve a reunião interrompida com a notícia do assassinato do Juiz. Disse que as pessoas que lutam pela justiça acabam perdendo sua própria vida. Por fim, concitou a que se refletisse sobre o caso. O Presidente achou oportuna a manifestação e fez um apelo para que o ex-policial civil não saia da delegacia ou que vá para um lugar mais seguro. Com a palavra, o Juiz Carlos Adel Teixeira Souza disse estar preocupado, também, desde que o processo chegou à Vara de Execuções Penais, com a integridade física do preso, pois o mesmo tem inúmeros inimigos no sistema penitenciário, e que, no futuro, não venha a ser responsabilizado por tê-lo colocado no sistema penitenciário. Já solicitou auxílio ao Comandante da Polícia Federal. Até o momento, não houve nenhuma sugestão para que o mesmo cumpra pena em estabelecimentos de Estados vizinhos com ala para policiais. Por fim, deixou claro que está aberto a sugestões. O Presidente Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira passou a palavra ao Dr. Fernando Batista de Vasconcelos, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, que falou sobre o corporativismo existente no sistema e comunicou que o ex-policial já esteve preso no Quartel da Polícia Militar, e não tinha essas regalias, mas que causou tantos problemas que o Comandante o transferiu. Foi categórico ao afirmar que a execução não vem sendo aplicada de forma correta e que o ex-policial ainda recebe dos cofres públicos como Agente da Polícia Civil, com uma ficha funcional mais limpa do que qualquer outro policial que cumpre seu dever corretamente. Acredita que continuará como está, pois o Estado não tem condições de assumir seus atos. Com a palavra, o Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia perguntou se o preso em questão requereu aposentadoria, estranhando que ainda perceba seus vencimentos. O Presidente encerrou, então, a audiência, agradecendo ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual, à Magistratura, ao Executivo na pessoa do Secretário de Estado da Justiça, aos membros da Polícia Civil, Militar e Federal e ao Presidente da Ordem dos Advogados e, em nome do Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, colocou o Ministério da Justiça à disposição. Em seu nome pessoal e na qualidade de Presidente do Conselho, disse que essa será a reunião da solução e que tomará as providências junto ao Ministério da Justiça. O Presidente Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira propôs um Voto de Louvor ao Conselho pela sua posição diante da audiência pública. Dando sequência à pauta de reunião, foi apreciada a ata da 295ª Reunião Ordinária do CNPCP, aprovada com as alterações apresentadas pelo Conselheiro César Oliveira de Barros Leal. Em seguida, passou-se à fase das comunicações. Com a palavra, o Conselheiro Mario Julio Pereira da Silva comunicou a eleição, em 25 do janeiro de 2004, e a posse, em 01 de fevereiro de 2004, da nova Diretoria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, composta pelos advogados Drs. Roberto Antonio Busato (Presidente), Aristoteles Atheniense (Vice-Presidente); Raimundo Cezar Britto Aragão (Secretário-Geral), Ercílio Bezerra de Castro Filho (Secretário-Geral Adjunto) e Vladimir Rossi Lourenço (Diretor-Tesoureiro). Propondo que fosse registrado em ata, Voto de Congratulações do CNPCP, aos ilustres dirigentes daquela Entidade. Aprovado, à unanimidade. Com a palavra, o Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos, noticiou que, por recomendação da Presidência, representou o Conselho na reunião do CDDPH, na oportunidade em que foi aprovado o relatório da Comissão, da qual fez parte. Comunicou que o Presidente do CDDPH não pôde participar das reuniões e transmitiu saudações aos par-

ticipantes. Com a palavra, o Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia agradeceu o recebimento do livro do Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos. Disse, ainda, que recebeu da Secretaria do Conselho uma correspondência, na qual estava anexada uma comunicação do DEPEN/MJ acerca de devolução dos comprovantes de passagens aéreas; assinalou que, com a adoção dos tíquetes, fica mais difícil atender a essa exigência. Solicitou que se requiera a presença do Diretor do DEPEN/MJ na próxima reunião, justificando, assim, que o Conselho tem atas publicadas no Diário Oficial da União e os atos publicados têm valor, e, ademais, assinam a lista de presença das reuniões. O Presidente do CNPCP comunicou que recebeu um documento, enviado pelo Diretor do DEPEN/MJ, anexando o relatório da Controladoria-Geral da União relativo aos procedimentos operacionais referentes à concessão de diárias e passagens que acusa certas impropriedades. O Presidente solicitou que, após a realização das reuniões, a Secretaria envie a ata da reunião e a lista de presença ao DEPEN/MJ. O segundo ponto é a devolução das diárias ao DEPEN/MJ caso o Conselheiro não compareça à reunião, e que apenas nesta reunião as diárias foram pagas antecipadamente. O Presidente solicitou que o Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos fale com o Diretor do DEPEN/MJ e que seja efetuado o pagamento das diárias após a realização da reunião. O Presidente comunicou, ainda, que o processo das carteiras de identificação dos Conselheiros se encontra com o Diretor do DEPEN/MJ, com um parecer contrário de um outro Departamento. Solicitou que o Dr. Vetuval Martins Vasconcelos fale, também, sobre o assunto. O Conselheiro Cassio Castellarin falou a respeito da reunião programada para o meio do ano no Estado do Rio Grande do Sul, solicitando que seja planejada com antecedência. O Presidente advertiu que dita reunião deve ser realizada nos moldes desta, convidando autoridades locais para que se possa ter um raio-x do sistema penitenciário local. Disse, ainda, que gostaria que fosse realizada uma reunião conjunta com os Secretários de Estado da Justiça para conhecer a situação dos Estados e, assim, discutir com o Senhor Ministro da Justiça, a Secretária Nacional de Justiça e o Diretor do DEPEN/MJ e, deste encontro, elaborar um documento com linhas mestras para uma Política Penitenciária eficiente. O Conselheiro Maurício Kuehne propôs que essa reunião fosse realizada em julho. O Presidente colocou em votação, sendo aprovada, à unanimidade. O Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia propôs que o Prêmio do VIII Concurso Nacional de Monografia do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária seja entregue na cidade de Belo Horizonte/MG, fazendo-se, assim, uma homenagem ao ex-Presidente, Dr. Ariosvaldo de Campos Pires. O Presidente disse que a reunião de abril será realizada no Estado de Pernambuco e que serão convidadas as autoridades locais para que ocorra em forma de audiência pública, cumprindo efetuar-se uma visita às prisões. Com a palavra, o Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia referiu-se à Resolução onde consta que a Secretaria Especial dos Direitos Humanos / Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana deve realizar visita aos estabelecimentos penitenciários juntamente com o CNPCP. O Presidente disse que verificará essa resolução. Passada à fase das proposições, com a palavra, o Dr. Maurício Kuehne propôs a remessa das diretrizes elaboradas pelo Conselho a todos os membros do Congresso Nacional. O Presidente submeteu ao plenário, sendo aprovada, à unanimidade. Dando continuidade, apresentou a reestrutura das Comissões de Visitas de Inspeções no Sistema Penitenciário. Após várias manifestações, foi aprovada a resolução. O Presidente solicitou que os Conselheiros agendem suas visitas e que as façam. Dando prosseguimento à pauta, o Presidente passou ao item da homologação dos Candidatos Classificados no VIII Concurso Nacional de Monografias do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - 2003. Tema: Violência e Mídia: Prevenção e Repressão. Prêmio - Ariosvaldo de Campos Pires, que teve 52 trabalhos analisados. Os classificados foram: em primeiro lugar - ANDERSON LUIZ ALMEIDA ANDRADE, pseudônimo Hérmis - estudante da Faculdade Anhangüera de Ciências Humanas - AGE; em segundo lugar - CYNTIA CRISTINA DE CARVALHO E SILVA, pseudônimo Artemisa - estudante da Universidade de Brasília; em terceiro lugar - CARLOS ROBERTO RODRIGUES BATISTA, pseudônimo Mir Midium - estudante da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. No que pertine às Menções Honrosas (4º e 5º lugares) foram classificados: em quarto lugar - DIEGO CUSTÓDIO BORGES, pseudônimo Senhor X - estudante da Universidade Federal de Goiás; em quinto lugar - ALEXANDRE AUGUSTO DIAS RAMOS HUFFELL VIOLA, pseudônimo Jaguar - estudante da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. O Presidente parabenizou os Conselheiros pelos trabalhos efetuados e pediu que refletissem sobre o tema do próximo concurso. Na sequência da pauta, foi apreciado o estudo sobre a Lei nº 10.792/2003, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1994 - Lei de Execução Penal, elaborado e apresentado pelo Conselheiro Maurício Kuehne. Após a apresentação e várias manifestações, o Presidente agradeceu ao Conselheiro Maurício Kuehne pelo trabalho. Em seguida, procedeu-se à análise dos seguintes processos, previamente distribuídos: 1) Processo GM/MJ nº 08000.000002/00-93. Assunto: Internos das Penitenciárias Jonas Lopes de Carvalho e Dr. Serrano Neves, apresentam reivindicações. Parecer da Conselheira Ana Sofia Schmidt de Oliveira: pelo encaminhamento dos autos aos Conselheiros responsáveis pela visita de inspeção dos estabelecimentos prisionais do Rio de Janeiro. Aprovado, à unanimidade. 2) Processo CNPCP/MJ nº 08037.000059/2002-62. Assunto: Relatório dos trabalhos referentes ao exercício de 2001. Parecer da Conselheira Ana Sofia Schmidt de Oliveira: pelo encaminhamento dos autos aos Conselheiros responsáveis pela visita de inspeção dos estabelecimentos prisionais do Rio de Janeiro. Aprovado, à unanimidade. 3) Processo MJ/SAL nº 08027.000571/2003-17. Assunto: PL nº 287/2003, da Deputada LAURA CARNEIRO. Dispõe sobre o crime de rejeição de doadores de sangue resultante de preconceito por orientação sexual. Parecer da Conselheira Ana Sofia Schmidt de Oliveira: pela aprovação do PL. Rejeitado, à unanimi-

dade. 4) Processo SNJ/MJ nº 08015.000152/2003-14. Assunto: Coordenador da Comissão dos Direitos Humanos na Seção da OAB/SP solicita que forneça cópias da fita dos depoimentos com relação aos presidiários: Marcos Massari; Ronnie Clay Chaves, Rubens Leônico Pereira e Gilmar Leite Siqueira. Parecer do Conselheiro Laurindo Dias Minhoto: atendimento às informações contidas nos autos. 5) Processo SAL/MJ nº 08027.000327/2003-46. Assunto: PL 854/2003, do Deputado JOSÉ DIVINO. Altera dispositivos da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre crimes hediondos, bem como inclui inciso e alíneas ao art. 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07/12/1940 - Código Penal. Parecer do Conselheiro Laurindo Dias Minhoto: pela rejeição do PL. Aprovado, à unanimidade. 6) Processo MJ/CNPCP nº 08037.000041/2003-41. Assunto: Relatório de Inspeção Penitenciária no Estado de Alagoas. Parecer do Conselheiro Maurício Kuehne: pelo arquivamento dos autos. Aprovado, à unanimidade. 7) Processo MJ/CNPCP nº 08037.000044/2003-85. Assunto: Reunião comemorativa dos 80 anos de criação dos Conselhos Penitenciários Estaduais. Parecer do Conselheiro Maurício Kuehne: à Secretaria do CNPCP para atender as providências cabíveis. Aprovado, à unanimidade. 8) Processo MJ/GM nº 08001.010752/2003-31. Assunto: Wilson Leodoro Evaristo, solicita anistia para os presos com mais de 60 anos. Parecer do Conselheiro Maurício Kuehne: pelo não acolhimento da matéria e devolução dos autos à origem. Aprovado, à unanimidade. 9) Processo MJ/CNPCP nº 08037.000071/2003-58. Assunto: CDDPH. Pedido de Prisão domiciliar para Francisco Jânio Rogério Gomes. Parecer do Conselheiro Maurício Kuehne: pela conversão em diligência. Aprovado, à unanimidade. 10) Processo MJ/GM nº 08001.009301/2003-51. Assunto: Notifica o Sr. Ministro do teor das ações de reparação de danos propostos pela Defensoria Pública desse Estado em face do Estado de Mato Grosso do Sul. Parecer do Conselheiro Maurício Kuehne: pela conversão em diligência. Aprovado, à unanimidade. 11) Processo MJ/GM nº 08001.009106/2003-21. Assunto: Encaminha ações de reparação de danos morais em face do Estado de Mato Grosso do Sul. Parecer do Conselheiro Maurício Kuehne: pela conversão em diligência. Aprovado, à unanimidade. 12) Processo SAL/MJ nº 08027.000558/2003-50. Assunto: PL nº 5.962/2001, do Deputado ROBERTO JEFFERSON. Dispõe sobre a realização de perícia nos casos de crime contra costumes. Parecer do Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva: pela aprovação do PL. Rejeitado, pela maioria dos membros. 13) Processo SAL/MJ nº 08027.000429/2003-61. Assunto: PL nº 678/2003, do Deputado VALDEMAR COSTA NETO. Reduz a lista das categorias com direito à prisão especial, elimina privilégios da prisão especial e dá outras providências. Parecer do Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva: pela rejeição do PL. Aprovado, à unanimidade. 14) Processo SAL/MJ nº 08027.000401/2003-24. Assunto: PL nº 588/2003, do Deputado CORONEL ALVES. Altera a pena do crime de receptação no artigo 180 do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, e dá outras providências. Parecer do Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva: pela rejeição do projeto. Aprovado, à unanimidade. 15) Processo SAL/MJ nº 08027.000621/2003-58. Assunto: PL nº 205/2003, do Senador DUCIOMAR COSTA. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07/12/1940, com o acréscimo de parágrafo que reduz a pena de crime praticado nas circunstâncias que especifica. Parecer do Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva: pela rejeição do PL. Aprovado, à unanimidade. 16) Processo GM/MJ nº 08001.010390/2003-89. Assunto: PL nº 7.134/2002, da Câmara dos Deputados. Dispõe sobre o Sistema Nacional Anti Drogas. Parecer do Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva: pela conversão em diligência. Aprovado, à unanimidade. 17) Processo SAL/MJ nº 08027.000454/2003-45. Assunto: PL nº 785/2003, do Deputado WLADIMIR COSTA. Qualifica homicídio praticado contra autoridades policiais, membros do Ministério Público e da Magistratura. Parecer do Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva: pela aprovação do PL. Rejeitado, à unanimidade. 18) Processo SAL/MJ nº 08027.000435/2003-19. Assunto: PL nº 627/2003, do Deputado CARLOS NADER. Acrescenta inciso VI, no § 2º, do art. 121, do Código Penal Brasileiro - Decreto-Lei nº 2.848, de 07/12/1940, incluindo como homicídio qualificado o crime cometido contra autoridade policial, membro do Ministério Público, da Magistratura, Parlamentares e Advogados. Parecer do Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva: pela aprovação do PL. Rejeitado, pela maioria dos membros. 19) Processo SAL/MJ nº 08027.000305/2003-86. Assunto: PL nº 411/2003, do Deputado RUBINELLI. Acrescentam-se dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 07/12/1940 - Código Penal. Aumentando a pena de 1/3 até a metade se o homicídio for cometido contra a autoridade policial, membros do ministério público, magistrados ou agentes públicos. Parecer do Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva: pela aprovação do PL. Rejeitado, pela maioria dos membros. 20) Processo SAL/MJ nº 08027.000698/2003-28. Assunto: PL nº 903/2003, do Deputado ROGÉRIO SILVA. Dispõe sobre novo limite das penas privativas de liberdade. Parecer do Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva: pela rejeição. Aprovado, à unanimidade. 21) Processo SAL/MJ nº 08027.000814/2003-17. Assunto: PL nº 1.227/2003, do Deputado INALDO LEITÃO. Acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 3.689/2003, de 03/10/1941 (CPP) e revoga o Decreto-Lei nº 552, de 25/04/1969, revogando a exigência de remessa dos autos ao Ministério Público no julgamento de Habeas Corpus. Parecer do Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva: pela rejeição. Aprovado, à unanimidade. 22) Processo SAL/MJ nº 08027.000827/2003-88. Assunto: PL nº 1.403/2003, do Deputado ILDEU ARAÚJO. Altera o art. 62 da Lei nº 9.099, de 26/09/1995. Parecer do Conselheiro Rogério Etzel: pela rejeição do PL. Aprovado, à unanimidade. 23) Processo SAL/MJ nº 08027.000826/2003-33. Assunto: PL nº 1.402/2003, do Deputado ILDEU ARAÚJO. Altera o art. 76 da Lei nº 9.099, de 26/09/1995. Parecer do Conselheiro Rogério Etzel: pela aprovação do PL. Aprovado, à maioria dos membros. 24) Processo CNPCP/MJ nº 08037.000038/2003-28. Assunto: Denúncia - complexo penitenciário CIR (PAPUDA). Parecer do Conselheiro Vetuval Martins Vascon-